

ABRAHAM A. MOLES

Departamento de Psicologia Social
Universidade de Estrasburgo
França

A partir de uma teoria funcional da biblioteca são examinadas as características específicas da biblioteca pessoal, do ponto de vista de sua estrutura e das relações entre ela e seu criador e usuário.

"Organizar sua biblioteca é organizar seu pensamento."

A biblioteca pessoal ou particular praticamente nunca foi analisada na literatura científica ou nos estudos documentários. No entanto, são bem poucas as pessoas

Este artigo foi escrito especialmente para a RBB. Seu título original é "Bibliothèque personnelle, bibliothèque universelle". (Tradução de Antônio Agenor Briquet de Lemos.)

“cultas” que não possuem pelo menos alguns livros, arrumados ou amontoados numa prateleira, e que se pode qualificar de biblioteca. E, com certeza, a maioria das pessoas que possuem apenas alguns livros, alguns romances comprados numa banca de jornal, emprestados de vizinhos ou amigos, consideram-nos mais como objetos semitransitórios cujo consumo se resume à leitura ocasional e que, depois de terem desempenhado esse papel, vão ser amontoados num canto, com o vago escrúpulo de que ainda se acham em bom estado e poderiam, portanto, servir ainda, de que talvez se pudesse emprestá-los ou doá-los a alguém, ou então revendê-los, em síntese, que não estão absolutamente em condições de ir para o cesto de papel. Em algumas pessoas esses escrúpulos acham-se vagamente matizados por um respeito cultural em relação ao escrito, que somente as civilizações chinesa e hebraica expressaram claramente na proibição que lançavam contra a destruição ou humilhação do escrito, do impresso ou do livro, pois, de alguma forma e qualquer que fosse seu assunto, ele se liga ao Grande Livro de Todas as Coisas, aquele que contém todas as respostas a todas as perguntas que não foram feitas, ao qual o judaísmo chamou de Bíblia.

Mas, em nossa sociedade de consumo e supermercado, isso não passa de um toque sagrado num mundo profano em que o irrespeito pela coisa consumível permanece como o valor fundamental. A biblioteca particular é sem dúvida algo diferente do romance policial largado sob a cama ou que se empilha no sótão. Qualquer que seja seu tamanho, ela nunca é a soma de objetos caducos. Ao contrário, a Biblioteca Particular começa, talvez, no bolso daquele artífice que comprou o Manual Dunod para bombeiros hidráulicos e vela ritualmente em sua presença quando parte em expedição profissional, ou no dicionário do serão familiar, completado por um atlas e enfeitado por um livro de figuras ou uma edição do *Robinson Crusoe*. A biblioteca é coleção certamente, mas antes de tudo **veneração de um instrumento** e construção progressiva desse instrumento por **acumulação**. Todo intelectual possui uma biblioteca, cujo arranjo e extensão são testemunhas dele mesmo, e é bem sabido que uma olhada na biblioteca de um intelectual diz muito sobre o que ele é, o que pensa, o que faz, sobre suas orientações políticas, seus gostos artísticos ou seus projetos recentes, pois ela é uma testemunha de sua atividade mais específica.

Desenvolveremos aqui, sumariamente, alguns dos princípios que podem reger a biblioteca particular do intelectual a partir de uma espécie de “teoria funcional” da biblioteca de acordo com uma visão própria do conhecimento. A biblioteca é um **perspectivismo** da cultura e sua imagem fundamental é a do indivíduo, do Eu no centro de Minha biblioteca, a partir da qual se projeta minha própria visão do mundo do conhecimento, pelo menos o esforço que faço para realizar essa visão estabelecendo uma série de contrafortes do pensamento que chamaremos aqui “os livros”, ou os documentos escritos, ou as imagens, e, talvez num futuro próximo, alguns

instrumentos mais sofisticados como as gravações e os vídeo-cassetes. Todos se apresentam como **objetos**, tijolos de saber, de documentos ou de lembranças, geralmente de forma retangular, mais ou menos alongada, mais ou menos plana, trazendo de um lado um título e uma referência, geralmente repetidos no lado menor do paralelepípedo e legíveis de mais ou menos longe, acompanhados frequentemente de um nome de pessoa: que chamaremos o “autor”. No universo dos paralelepípedos, sua forma exata, sua dimensão e seu peso são extremamente variáveis: desde o microlivro de poemas que resume, em 200 páginas de papel-bíblia, isto é, 2 x 3 cm, o conjunto da poesia erótica contemporânea com a intuição confessa (e falaciosa) de caber numa bolsa de senhora, até as massas imponentes das enciclopédias de 30 ou 40 cm de lombadas, pesando vários quilos. A sociedade ocidental, desde o desaparecimento dos rolos, adotou por tradição justapor esses paralelepípedos colocando-os verticalmente sobre uma superfície horizontal, a **prateleira**, criando assim uma unidade de arranjo familiar — a **estante de biblioteca** — que ela exportou para todas as culturas a que impôs seu reinado. A palavra “biblioteca” significa tanto o conteúdo de livros quanto a prateleira ou o conjunto de prateleiras que os contêm, e quando as prateleiras se empilham verticalmente ou horizontalmente ao longo de uma superfície plana vertical, de profundidade pouco mais ou menos padronizada, com o dorso dos livros formando uma superfície de leitura longitudinal, que se repete em estantes, armários e galerias, ela se apresenta como uma Parede de Livros, desde que atinja uma certa extensão. É a análise funcional dessa parede de livros que gostaríamos de esboçar com relação ao indivíduo que é o seu Senhor e, por isso, escravo, da mesma forma que o homem nada mais é que Senhor dependente de seus próprios instrumentos.

O princípio de base já foi enunciado: minha biblioteca é minha própria visão do mundo do saber, minha biblioteca é uma extensão de mim mesmo, mais precisamente, uma extensão de meu cérebro, refletindo em sua estrutura a especificidade de minha personalidade cultural. Estudando minha biblioteca, como indicamos acima, vós, visitantes, podereis conhecer meu espírito, o que se trata de uma habilidade que todo intelectual sabe praticar quando olha de soslaio a biblioteca de outro membro do mesmo gueto intelectual a quem esteja visitando. Eis aí um processo clássico de espionagem na cidade dos intelectuais.

Assim, minha biblioteca é uma **amplificação de minha cultura**. Em que medida a cultura pessoal pode ser realmente “amplificada”? É claro que não indefinidamente. A cultura é, por definição, minha pessoa, ela é minha ferramenta sob o controle de meu próprio campo de consciência, e a utilização dessa ferramenta é limitada por minhas próprias capacidades. Mesmo que ela sirva para amplificar meu ser, eu sou a máquina de tratamento das informações e terei de manipular os itens que saem de meus próprios circuitos de conhecimento, embora seja preciso que minha capacidade de tratamento não seja ultrapassada. Em resumo, qualquer que seja meu desejo, e meu tempo disponível, não é possível ampliar indefinidamente meu cérebro, o que seria presunçoso. Dessa observação de bom senso, que alguns

negligenciam aiosamente, deixando-se corromper pela ideologia do Mais ("quanto mais melhor"), destacam-se duas proposições.

A primeira delas estabelece um contraste entre Minha biblioteca pessoal, que é uma extensão de mim mesmo, e A biblioteca pública (ou a biblioteca universitária, ou a biblioteca "universal"). A minha tem limites, esses limites estão ligados a mim, eu sou a medida de meu saber.

A segunda observação é que os livros que se acham em minha biblioteca são de alguma forma "sagrados", pois são partes de mim mesmo. Assim, a menos que eu seja louco (o que acontece), eles não podem ser emprestados ou doados, do mesmo modo que o carpinteiro não empresta seu serrote ou o ginasta sua perna. A força dessa limitação em extensão é a própria firmeza com que governo meus próprios conhecimentos. Mais exatamente, ela fornece a escala para a qual os livros, itens da biblioteca, contrafortes ou esteios de meu conhecimento, servem para fortificá-la, para torná-la mais forte sem, no entanto, a submergir. Existe nisso um tênue limite a considerar: é tão fácil deixar-se resvalar para o *kitsch* da cultura e confundir o que se sabe com os livros que se tem, ou de exagerar a idéia de si mesmo a partir dos elementos daquilo que se tem nas estantes. Para remediar isso é preciso uma vontade de autocontrole, um conhecimento de seus limites, o qual nós já sabemos estar vagamente ligado ao tempo de vida que o intelectual passa em sua biblioteca. Assim, a dimensão de minha biblioteca tem algo a ver com as possibilidades de extensão de meu cérebro, e é sábio considerar este, de início, como sendo limitado de forma precisa.

A biblioteca é minha ferramenta de cada dia, ela determina e documenta minhas idéias. Ela deve ser "prática" e estar sob o controle permanente de meu campo de consciência. Eu devo dominar meu ambiente intelectual: a parede de livros, a paisagem de idéias que ela contém, deve estar sujeita a mim e não o contrário. Portanto, em termos mais materiais, existe uma relação entre a extensão de minhas estantes e o poder integrador de meu espírito. E, sem dúvida, a medida nesse domínio é bem difícil: situemo-la, segundo a natureza das obras e a natureza da disciplina, por exemplo, científica, entre dois mil e quatro mil livros, empregando a palavra "livros" na acepção tradicional sancionada pela definição da UNESCO.

Essa observação lança a suspeita principalmente sobre aquelas pessoas que vos mostram orgulhosamente sua vasta biblioteca ou sobre aqueles príncipes da Igreja ou da ação de séculos passados de quem se pode pensar que a biblioteca tinha mais o caráter de um luxo ostentatório do que um instrumento real para uma tarefa em que as idéias não são forçosamente essenciais. Se estavam tão ocupados em governar, em administrar ou combater, em que medida o contacto com seus livros teria sido autêntico? Não teriam sido eles antes orgulhosos colecionadores, preciosos bibliófilos, em oposição mesmo à idéia de que um livro vale somente pelos elementos culturais que contém? Já ledes todos os livros de vossa biblioteca? É a pergunta que temos a

vontade de fazer àqueles que exibem uma biblioteca prestigiosa. E de que vos ocupa exatamente nesta vida?

Essa observação nos leva a um terceiro princípio do universo pessoal da cultura: todos os livros de minha biblioteca foram lidos ou estão sendo lidos, ou vão ser lidos ou relidos, com exceção de alguns elementos documentais (dicionários, atlas, tabelas numéricas, mapas) que, por definição, são feitos para serem consultados e não para serem lidos e que representam uma porcentagem muito pequena: não há motivo para que eu faça concorrência com a biblioteca de mapas e estampas, a não ser num campo especializado em que me veja na condição de etnólogo de Sumatra.

Uma quarta observação decorre desse mesmo princípio dominante: não existe catálogo em minha biblioteca particular. Minha memória é meu catálogo, o que se baseia no simples paradoxo de que possuir um instrumento do qual se esqueceu a existência é funcionalmente não o possuir, pois a função criadora baseia-se na disponibilidade dos elementos do pensamento. Um livro foi lido, foi domado, foi inserido como "super-signo" ou como impressão na textura de meu pensamento, e, se esqueci uma grande parte do que ele contém, sei de forma imprecisa que ele está presente em meu domínio pessoal, que essa ferramenta ou esse material estão disponíveis, e que a mão que se estende para o livro é uma extensão de meu cérebro. Posso como uma matéria de mim mesmo — com vazios, falhas, zonas vagas — o conteúdo dos 2.000 ou 4.000 livros que fazem minha cultura, que fazem a mim mesmo como homem de cultura. E é exatamente por isso que, de início, minha biblioteca é limitada e, depois, ela não requer, com base no princípio, nenhum "catálogo", nenhum fichário. Se não sei por mim mesmo onde tenho tal livro é como se não soubesse que tenho esse livro, enquanto valor, pois o campo do espírito é um campo de valores. A biblioteca é seu próprio catálogo. *

E, naturalmente, o campo de minha consciência e o de minha memória não são constantes durante toda a vida. Minha memória é mais vasta em minha juventude estudiosa e ainda capaz de acréscimos. Minha memória é mais fraca e menos fiel em minha idade madura, mas o campo de minhas atividades e de meus interesses levou-a a diversificar suas categorias e a construir trajetos nos caminhos do conhecimento. (Para mim, a arquitetura das salas de concerto "faz parte" da acústica das salas e não da decoração arquitetônica.) Esses dois fatores se compensam, e diremos, em geral, que têm um limite superior. Ultrapassar consideravelmente esses limites é suspeito do ponto de vista de uma alienação de sua própria cultura: o homem que pretende que não pode trabalhar antes de ter mudado sua biblioteca é um intelectual levemente suspeito de traição, suspeito de se trair a si mesmo, em todo caso, e de querer ultrapassar limites naturais!

* O catálogo da biblioteca é ou não um livro da biblioteca e, como tal, deve ou não ser incluído no catálogo, isto é, nele mesmo? (Brouwer).

Desse princípio de limitação do meio atual em função da mensagem potencial resulta um outro princípio: o do sacrifício ótimo que rege as entradas e saídas na parede dos livros. Ao introduzir algo de novo, um novo livro, se não quiser sucumbir diante da inflação documentária, deverei, então para me manter dentro de meus próprios limites, retirar um outro livro, o que implica em reflexão e decisão ponderada quando da compra de um livro (que realmente farei) e quando de sua colocação no lugar. Ao mesmo tempo isso implica em sacrifício: o livro que for eliminado será, a partir de então, caduco ou inútil.

Eis um processo que é o oposto mesmo daquele da biblioteca pública: esta se baseia, ao contrário, primeiramente na idéia do tesouro de sistema cumulativo: ela funciona segundo o princípio da sedimentação. A biblioteca pública é cumulativa. Quanto mais livros ela possuir mais leitores servirá. Quanto mais livros "eu" possuir mais decrescerá sua eficácia marginal a partir de um certo limite. Quanto à biblioteca universal, sua ambição é ainda mais alta — a de ser o tesouro da cultura humana, de ser um sinônimo em signos dessa cultura — enquanto que a diferença que existe entre ela e a minha biblioteca é a mesma diferença que separa minha cultura daquela de toda a humanidade.

Assim, portanto, minha biblioteca funciona segundo o princípio de seleção: "qual o melhor instrumento para apoiar meu espírito num instante dado"? Instrumento que deverá ser substituído por outro ainda melhor se este aparecer no mercado intelectual da livraria. É aí que se situam o processo dinâmico da avaliação funcional e seu conflito com o aspecto historicizante e romântico que não posso separar de meu devir. De fato, existe aí uma falha no campo de consciência. Essa seleção e essa escolha interna que fiz são sempre um processo estatístico, mas a censura periódica e a eliminação daquilo que para mim é caduco é uma das atividades mais intelectuais que mantêm meu espírito em ordem, que me obrigam a julgamentos de valor, que limpam meu espírito, marcando com o selo da condenação os livros que são esquecidos, que não são mais "sagrados", e que se tomam livros para uma recirculação purgativa, numa residência secundária, para o empréstimo a amigos ou colegas, etc., até o opróbrio da revenda. Valeria a pena precisar o que é esse *turn over* cultural, essa visão sobre o mundo do conhecimento tal como ele evolui através do tempo, essa paisagem intelectual e a vida separada de seus constituintes: esse seria um caminho para se aproximar da personalidade cultural.

A estrutura de minha biblioteca é, portanto, tão importante quanto seu conteúdo. Não é um amontoado de livros. Não é o empilhamento geométrico numa prateleira de obras heteróclitas. Mesmo no campo literário, o indivíduo que deseja ter domínio sobre sua biblioteca de romances policiais deve adotar, desde que ela se torne um pouco vasta, algum critério de ordenação: pelo formato e pelo nome do autor são os critérios mais banais. Uma biblioteca científica é necessariamente arrumada de modo topológico, se não topograficamente, ou, no mínimo, "mentalmente", quer dizer, ela constitui um esquema de assuntos ou de temas, ou de fontes de in-

formações. Ela constitui, de modo muito preciso, um campo topológico de valores documentais que obedece ao esquema bem desenvolvido por K. Lewin. Deixaremos de lado o caso interessante do intelectual que se vê na situação de "herdeiro" de uma biblioteca formada por outro intelectual, e se descobre concordando com as escolhas que este fizera (frequentemente) e discordando da arrumação anterior, luta contra esta e refaz uma outra arrumação.

E, naturalmente, mesmo que isso surja como uma regra para apoiar com uma moldura a estrutura incompleta da memória, essa regra é observada com um rigor extremamente variável segundo o caráter do intelectual que a fez ou que dela se serve. Seguida de perto pelos fleugmáticos, os obsessivos, os inquietos, os ritualistas, ela recebe com indiferença um tributo de respeito da parte dos espontâneos, dos frenéticos, ou simplesmente daqueles que possuem uma "grande memória", o que deve significar que para estes o custo memorial relativo (custo cognitivo) da pesquisa de um livro através dos dédalos de sua memória e de suas estantes é considerado em seu espírito como pequeno em face, por um lado, de seus recursos de "energia" memorial e, por outro lado, em face do custo de codificação, isto é, de arrumação. Em outras palavras, para eles a ordem não vale a pena, sendo preferível perder uma informação do que perder tempo em estruturá-la, primeiro em sua memória e depois em suas prateleiras. De fato, muitos de nós consideram seu campo de consciência como limitado temporalmente e julgam, por consequência, que um livro ou documento muito antigo pode desaparecer naquilo que Orwell denominava por antífrase o "buraco da memória", sem risco apreciável para sua capacidade criadora: é uma forma sofisticada de dizer que eles vivem na atualidade.

É bem provável, no entanto, que não exista intelectual, que tenha uma biblioteca de trabalho, que não busque nelas de alguma maneira, uma estrutura que projete a configuração de seu próprio espírito na de sua parede de livros por meio de uma ordenação, mais ou menos personalizada, que fornece molduras e esteio ao seu espírito.

É aqui que a materialidade do objeto-livro deve ser levada em conta. Trata-se, portanto, em relação a um indivíduo situado no centro de sua concha privada, de repartir objetos retangulares (fontes de informação, sub-rotinas de um supersigno-título) sobre prateleiras horizontes de altura e profundidade mais ou menos qualificadas. Trata-se, portanto, de projetar seu universo pessoal de conhecimentos, devidamente hierarquizados, sobre um espaço linear (comprimento) ou eventualmente superficial (comprimento X altura). Dois fatores vão guiar esse tipo de considerações: o primeiro é que livros e documentos variam substancialmente de dimensões e de formas, participando na base do estruturama do ângulo reto (existem livros redondos, mas esta forma em si é uma aberração intencional e não generalizável para que se faça de sua anomia um argumento de interesse).

Um método simples, muito praticado nas bibliotecas pessoais, consistirá, então, em consagrar a dimensão vertical, necessariamente quantificada, por formatos em certo

número de prateleiras, número pequeno pois estas se estendem pela altura disponível e, mais precisamente, como enfatizará o funcionalista, à altura **disponível** do homem com o braço erguido (2,25 m pelo **modulor** de Le Corbusier), levando a uma repartição vertical por tamanhos em um lugar, adotando o princípio de que numa mesma sequência vertical de prateleiras situam-se os mesmos "temas" ou objetos distribuídos segundo as diferentes prateleiras a partir de seus formatos. Os princípios da ergonomia nos ensinam que os maiores estarão colocados **em baixo** ou, pelo menos, à altura do tronco. O ato de quantificar formatos que variam quase de modo contínuo no mundo da edição de livros é, em si, um problema laborioso que só encontra uma solução aproximativa, em particular com a idéia de "coleções" ou formatos dominantes como fator de unificação.

Quanto à dimensão horizontal ela se apresenta no desenvolvimento da biblioteca como sendo adequada a um conjunto muito grande ou mesmo infinito, coincidindo com o conjunto dos conhecimentos humanos e cuja única limitação será determinada pelo princípio precedente, aquele que se refere a minhas capacidades de memorização e de exploração.

Ora, uma das estruturas de base que a biblioteca pode propor ao espírito comporta uma **dimensão linear** longa ou extensível de assuntos e uma dimensão vertical de formatos que permitem dar uma certa unidade de aspecto às prateleiras, isto é, a inclusão de um fator estético na biblioteca. Pois ela é parte de mim mesmo, e se gosto de mim devo gostar de minha biblioteca, porque o fato de ela ser "bonita", ou pelo menos agradável de se olhar, não me é indiferente.

Os grandes formatos e as obras volumosas devem encontrar-se não muito longe do chão, e o assoalho deve ser tão confortável quanto seja razoável para que nele se possa sentar e contemplar, espalhados à sua volta, os livros para fazer um trabalho (tapete com aquecimento). Quanto à altura, ela deve ser limitada a um tamanho de fácil acessibilidade. Assim, uma série de critérios funcionais descreve e contém o sistema da parede de livros a partir de um princípio de **acessibilidade** e de um princípio de **ordenação**.

Notemos, de passagem, que a dimensão longitudinal dos temas é aqui uma dimensão "topológica", isto é, uma linha que pode comportar estruturas geométricas, com ressaltos, com ângulos reentrantes e salientes, etc., sendo essencial que correspondam a um **trajeto único** a pé. É interessante observar também que essa estrutura analítica linear por assuntos ao longo de um contínuo se impõe pelo fato de que a segunda dimensão, a altura, encontra-se (i) mobilizada pela variabilidade dos formatos, dos retângulos, que constitui o livro. Suponhamos que os objetos intelectuais a classificar se achem, por qualquer razão, na condição de um formato rigorosamente padrão e que não possam existir de outra forma a não ser nesse padrão. Então, a variabilidade material estaria eliminada, a dimensão vertical prestar-se-ia à análise classificatória, podendo-se imaginar uma biblioteca classificada em duas dimensões,

segundo dois critérios, constituindo uma parede de conhecimentos em que o conteúdo de um objeto está em correlação com sua altura e largura (prateleira e espaço entre os montantes). Um exemplo característico deste caso seria a classificação pessoal de diapositivos repartidos em caixas quantificando temas analíticos: o conjunto dos assuntos possui duas dimensões categorias — a altura e a largura — e é em suas profundidades variáveis que se acumulam todas as imagens que tratam do mesmo assunto.

O **princípio de acessibilidade** é um dos elementos essenciais de toda classificação. O intelectual é um cérebro armado de um braço, e todo processo de recuperação de informações ou de acesso a um dado obedece as mesmas leis fundamentais desencadeadas pelos fabricantes de memórias de computador. Todo ato cognitivo implica um **custo**, e uma classificação correta deve procurar, de alguma forma, reduzir esse custo. Trata-se da generalização da idéia de que "tudo o que preciso conhecer deve estar ao alcance da mão" — ou, pelo menos, ao alcance razoável de meu deslocamento — e que, mais precisamente, o custo de seu acesso (**message retrieval**) deve ser inversamente proporcional à frequência desse interesse.

Os decoradores, mesmo os que receberam as lições da escola funcionalista, têm frequentemente subestimado a importância desse princípio, bem confirmado, contudo, pela micropsicologia do comportamento. Têm raciocinado que quando um esforço é fraco ele é nulo e não merece, portanto, ser levado em conta. De um modo geral, existe um divórcio entre fabricantes de continentes e utilizadores de conteúdo, os primeiros quase ignorando os segundos, sempre que fornecem instrumentos, as "bibliotecas" ou "estantes", armários, etc., sem saber como os indivíduos se servem deles. Ora, esta é precisamente uma questão altamente personalizada. Para um tradutor, parece evidente que ele deve ter seus dicionários ao alcance da mão, e ainda mais perto aqueles que mais frequentemente lhe servem, de modo a despender o mínimo de esforço. Distribuir num espaço um conjunto de elementos de conhecimento em função de uma **distância de esforço**, que é, de fato, uma espécie de custo generalizado dos movimentos a serem feitos para tirar e recolocar um tijolo de conhecimentos, exige certas disposições ou, pelo menos, exclui um grande número de outras.

De fato, são poucos os intelectuais cujos interesses sejam realmente ordenáveis segundo um contínuo regularmente decrescente e, em teoria, a condição de acessibilidade ótima não tem solução matemática rigorosa; tocamos aqui no problema da classificação dos conhecimentos, de que a biblioteca pessoal é um longínquo reflexo.

Todavia, a busca de algum compromisso com essa regra de acessibilidade fará parte quase necessariamente da idéia de um arranjo funcional de uma biblioteca. Tome-mos um exemplo simples. Uma biblioteca de história da literatura em que as obras seriam classificadas por séculos ou épocas e onde o contínuo evidentemente mais

fácil de o espírito dominar é o das datas ou dos séculos: literatura do século XVI, literatura do século XVIII, literatura do século XIX, etc. Se nosso intelectual tiver uma paixão particular pelos autores do século XVIII, ele cuidará de situar seu lugar de trabalho (sua mesa, sua escrivaninha) junto daqueles ou reciprocamente na proximidade desse setor. Assinalemos, de passagem, que essas observações, muitas vezes imaginadas por outros fatores não negligenciáveis (qualidade da iluminação, calefação, etc.) verificam-se em grande escala em certas bibliotecas universitárias e semiparticulares, como a instalação de uma biblioteca ao longo dos degraus de uma escada em espiral no interior de uma torre.

Numa biblioteca literária de pequena extensão a grandeza mais simples que se pode estender linearmente é a ordem alfabética dos autores: a obra literária acha-se extremamente ligada à natureza mesma de seu autor e o critério do nome adquire, então, um valor e um significado ordenadores que não ocorrem na ciência onde geralmente o critério fundamental é o "assunto" ou, pelo menos, o assunto dominante (palavra-chave). Nas bibliotecas em que o assunto, o título, é mais importante que o autor, em geral as bibliotecas especializadas, o problema é então o de todas as classificações analíticas: como classificar os conhecimentos humanos segundo um contínuo, procurando levar em conta esses três fatores específicos da biblioteca pessoal:

1. os diferentes elementos da classificação não são neutros e equivalentes: alguns são mais importantes do que outros, pois são o produto de um julgamento do ser sobre seus valores de interesses;
2. a classificação é restrita senão ela não poderia estar presente no espírito;
3. as palavras-chaves empregadas são tiradas do espírito do dono da biblioteca e não estão forçosamente submetidas às sujeições da normalização universal.

A classificação dos conhecimentos segundo uma dimensão linear reproduz um algoritmo clássico da epistemologia. Auguste Comte proporcionou a esse respeito um raciocínio fundamental em sua *pirâmide das ciências*, raciocínio retomado mais tarde pela introdução da idéia de arborescência feita por Ampère, desenvolvida por Dewey, ampliada e melhorada pela Classificação Decimal Universal, à qual todas as bibliotecas do mundo pagam um tributo de respeito nominal. De fato, como assinalamos no início deste ensaio, a biblioteca pessoal permanece fundamentalmente diferente de todas as bibliotecas universais; ela é a visão de um conhecimento por um espírito, é esse espírito que lhe define as perspectivas próprias, e, ainda que mantenha a idéia de uma certa linearidade topológica, os itens que empregará poderão ser muito diferentes. Por exemplo, deve-se classificar numa classificação que quer ser linear, pelas razões acima invocadas, o conjunto dos conhecimentos relativos à energia num setor de termodinâmica física ou num setor situado entre a economia social, a ecologia e a política? Ora, é bem sabido que a classificação decimal, mesmo revista pela Biblioteca Universal (do Congresso) de Washington, é totalmente inadequada para a pesquisa documental: uma biblioteca não é uma árvore, parafraseando

Alexander, nem muito menos os conhecimentos humanos que ela representa, mas uma rede de elementos num espaço de $n-1$ dimensões, o que valoriza uma classificação de entradas múltiplas, perfeitamente realizável pela informática, e que apenas lentamente se introduz em nossas bibliotecas nacionais ou internacionais. Ao contrário, as aproximações, reduções e compromissos, que permitem **desdobrar sobre um contínuo linear as extremidades dos ramos de uma árvore** são precisamente aqueles que são efetuados pelo espírito de um indivíduo na marcha do conhecimento. É, portanto, à biblioteca pessoal que melhor se aplicam.

Esse princípio de acessibilidade que nos vem do estudo micropsicológico dos custos generalizados de manipulação de um conhecimento materializado no ato de ler se exprimiria muito naturalmente como "longe das mãos, longe do cérebro, longe da consciência", e a micro-análise do processo de acesso faz ressaltar, mais precisamente ainda, que a acessibilidade não é somente **material**, mas está ligada a uma espécie de **espontaneidade do gesto**: segurar um livro e abri-lo. Inclui de um modo **racional** — pois existe aí um tipo de comportamento devidamente observável, repetitivo, geral, portanto objeto de ciência — não somente a **mecânica** do ato, deslocar-se de um ponto de partida, abaixar ou levantar o braço, identificar a obra, segurar o livro, procurar em seu interior, lê-lo ou anotá-lo, mas também um custo propriamente **psicológico**: legibilidade do título, facilidade de localização, "simpatia" maior ou menor pela atitude do autor em face dos problemas sujeitos a controvérsia, facilidade de manipulação, acessibilidade lingüística, etc. Todos esses elementos têm sido abordados fragmentariamente por diferentes pesquisadores, como a idéia de legibilidade, de facilidade de manipulação de um livro, etc., mas ainda permanece em grande medida no domínio do não-dito. O essencial que se pode fazer a esse respeito é precisamente dizê-lo.

Mencionemos de passagem, para corroborar esse ponto, a experiência muito simples, infelizmente praticada pelas donas de casa cuidadosas, que consiste em proteger algumas estantes de biblioteca por meio de um vidro móvel, com a louvável intenção de mantê-las em bom estado. Esse simples obstáculo de um vidro para abrir ou fazer deslizar basta para **alterar a espontaneidade** da relação entre o cérebro, a mão e o livro, afastar este dos olhos e do cérebro e dar a todo o conteúdo dessa distância uma distância suplementar em relação ao pensamento. É muito fácil verificar tal feito.

Fixaremos, em todo caso, de um modo geral, que a acessibilidade implica num **custo mecânico de acesso** ligado à disposição dos livros nas prateleiras e, por outro lado, a um **custo cognitivo** mal conhecido. Uma biblioteca de 3.000 livros representa aproximadamente 200 m de prateleiras que podem ser distribuídas em conjuntos de 5 ou 6 prateleiras separadas por uma altura de 25 a 35 cm, ou seja, 25 a 30 m² de extensão horizontal. A área total de um cômodo de apartamento é da ordem de 15 m² e a área útil é da ordem de 12 m². Vê-se emergir aqui uma espécie de **distância necessária** de objetos mais distantes, que vão se distribuir, por exemplo, em dois

cômodos (o emprego de ressaltos aumenta o comprimento linear em 20 ou 30%). Mas é quase certo que uma biblioteca de 3.000 livros já é o máximo para o campo de consciência normal. Percebe-se isso facilmente consultando os representantes da espécie intelectual ou examinando a maneira como são construídas as livrarias especializadas.

Fixemos em todo caso que se o indivíduo adota um lugar de trabalho (a escrivaninha do intelectual) com seus apetrechos clássicos: telefone, lâmpada, papel, dicionários, gravador, haverá de qualquer forma elementos da parede dos livros que estarão a uma distância nitidamente maior do que outros, encontrando-se em situação desfavorável em relação a sua presença na consciência. Trata-se de um dos erros mais correntes de um pensamento abusivamente racional decretar que o homem é senhor de seu pensamento independente dos meios (**media**) desse pensamento. Seria irrealista supor que a necessidade de dar alguns passos para apanhar um livro não tivesse influência alguma no **interesse do conteúdo** desse livro. E é precisamente o contrário que é verdadeiro, podendo servir de base a um verdadeiro **design** intelectual. Deduziremos dessa análise a **lei de bronze do menor esforço** como um elemento determinante. Trata-se em minha biblioteca de **documentar minha espontaneidade**, e o campo de minhas investigações atuais deve de alguma forma representar-se sob meus olhos na estante familiar. Alguns artifícios permitem jogar com essa lei de bronze da acessibilidade: se algumas obras devem afastar-se de meu campo de consciência, é possível chamá-las de novo ao seu centro ativo por meio da referência transversal da ficha introduzida naqueles livros que se acham mais próximos no plano conceitual, mas que tiveram direito, por outras razões classificatórias, a um acesso privilegiado. Trata-se, de fato, numa biblioteca sem catálogo analítico, do equivalente da remissiva em teoria documentária. Mais precisamente vê-se emergir sob essa observação o conceito de **distância de similaridade**: conhecer a estimativa, intuída por um determinado espírito, possuidor de determinada cultura, da proximidade, ou da distância, entre dois produtos exteriores da cultura, dois itens de conhecimento, dois livros.

Por outro lado, a classificação das obras literárias é geralmente de natureza diferente da classificação de assuntos (qualquer que esta seja) que o pensamento científico propõe espontaneamente. O autor é o verdadeiro "assunto" na literatura e amiúde, o que é um fato de fácil verificação, as estantes "literárias" não são por si mesmas compatíveis com uma biblioteca científica, localizando-se, por exemplo, num outro cômodo, pois seus critérios são de natureza diferente. Enfim, a noção de ressaltos praticáveis num cômodo grande em forma de conjuntos perpendiculares de estantes aplica-se muito bem a uma diminuição das distâncias de acesso relativas em relação com uma estrutura de conjunto que coincide com a dilatação de um domínio particular de interesse. Esses elementos podem facilmente ser levados em conta por um **designer** muito atento para a preocupação intelectual, e melhor ainda pelo próprio proprietário da biblioteca, único conhecedor do detalhe sutil de seu campo de valores semânticos.

Assim, a biblioteca pessoal se distingue profundamente de qualquer biblioteca coletiva em sua própria estrutura. Ela é orientada inteiramente por aquele que a construiu como um **prolongamento de si mesmo**, uma extensão de sua pessoa intelectual. Os livros cuidadosamente reunidos por meio de uma lenta seleção (muitos intelectuais compram um livro depois de tê-lo lido ao invés de comprá-lo antes, com o objetivo de integrá-lo, mediante esse ato, tanto simbólico quanto sacrificial, na textura de seu pensamento), os livros que releu — pois o objetivo confesso não é a coleção prestigiosa, mas a incorporação por elementos em sua própria cultura — aqueles que julgou dignos de subsistir através dos anos, todos esses tijolos de saber perderam sua característica inicial de **media**, ainda que naturalmente sejam impressos às centenas ou milhares de exemplares, porém sempre de difícil acesso no mercado diversificado da cultura. Se cada elemento da estrutura é banal e se acha presente teoricamente no Grande Mercado da Cultura, o conjunto é profundamente original, cada elemento está ligado um com o outro por meio de relações sutis que constituem um contexto para cada um, cada um tornou-se uma extensão pessoal do ser em lugar de ser um dos elementos da "difusão" (?) de conhecimentos.

A biblioteca pessoal é uma das ilustrações mais notáveis das idéias de Kurt Lewin sobre o campo topológico, aplicada aos valores culturais, cuja estrutura deve **inscrever-se no espaço** e que nessa passagem do topológico ao topográfico constrói um **design funcional** estritamente autônomo. A biblioteca é a carteira de identidade do intelectual.

UFFR-BO/SA
BIBLIOTECA

REFERÊNCIAS

- 1 BORGES, Jorge Luis. "La bibliothèque de Babel." In: ———. *Fictions*. Trad. par P. Verdevoye & N. Ibarra. Paris, Gallimard, 1974. 250p. (Edição brasileira: *Ficções*. Trad. de Carlos Nejar. Porto Alegre, Globo, 1970. 156 p.)
2. ESCARPIT, Robert, éd. *Le littéraire et le social*. Paris, Flammarion, 1970. 315 p.
3. ———. *La révolution du livre*. Paris, UNESCO, 1965. 163 p. (Edição brasileira: *A revolução do livro*. Trad. de Maria Inês Rolim. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1976. 156 p.)
4. HOGGART, Richard. *The uses of literacy*. London, Chatto and Windus, 1971. 319 p. (Edição portuguesa: *As utilizações da cultura*. Lisboa, Ed. Presença, 1973. 2 v.)
5. MACHLUP, Fritz. *The production & distribution of knowledge in the United States*. Princeton University Press, 1962. 416 p.
6. MOLES, Abraham. *Théorie des objets*. Bruxelles, Ed. Universitaires, 1972. 200 p.
7. MOLES, Abraham et al. "Bibliothèque". In: ———. ed. *La communication*. Paris, Denoël, 1971, p. 42-46. (*Les dictionnaires du savoir moderne*)
8. RICHAUDEAU, François et al. *La chose imprimée*. Retz,
9. ZIPF, G. K. *Human behavior and the principle of least effort*. New York, Hafner, 1965. 573 p.

ABSTRACT

Personal library, universal library

On the basis of a functional theory of the library the specific features of the personal library are examined from the point of view of its structure and the relations between the library and its creator and user.